Um "Puta" Movimento: uma análise do “Putativismo” a partir de narrativas autoficcionais de prostitutas

João Vitor Garcia Doná (PIC/UEM), Carla Cecilia Rodrigues de Almeida (Orientadora). E-mail: ccralmeida@uem.br.

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Maringá, PR.

Área e subárea do conhecimento: Ciência Política, Comportamento Político

Palavras-chave: trabalho sexual; movimentos sociais; enquadramentos interpretativos.

RESUMO

Esta pesquisa analisa o “Putativismo”, movimento político protagonizado por prostitutas brasileiras, a partir de narrativas autoficcionais de suas principais lideranças. Busca compreender como essas narrativas contribuem para a construção da memória coletiva e para a disputa de novos enquadramentos sobre a prostituição, historicamente marcada por discursos médicos, jurídicos, religiosos e policiais que silenciaram suas experiências. A pesquisa possui abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise documental, articulando estudos sobre enquadramentos interpretativos, memória, discurso e movimentos sociais. Os resultados parciais indicam que essas obras ultrapassam o caráter autobiográfico, atuando na mobilização política, no fortalecimento da identidade coletiva e na ressignificação do estigma. Conclui-se que o “Putativismo” transforma experiências individuais em memória coletiva e fortalece o reconhecimento das prostitutas como sujeitas de direitos e produtoras de conhecimento.

INTRODUÇÃO

A prostituição constitui um fenômeno social marcado por disputas simbólicas, políticas e morais na história brasileira. Ao longo dos séculos, instituições como a medicina, o direito, a religião e o Estado produziram discursos que enquadraram prostitutas como sujeitos desviantes ou moralmente inferiores, legitimando práticas de controle e exclusão. Esses enquadramentos influenciaram políticas públicas e a produção de conhecimento, limitando a possibilidade de que as próprias prostitutas narrassem suas experiências e participassem da construção dos significados atribuídos ao trabalho sexual.

Nas últimas décadas, consolidou-se a organização política protagonizada por trabalhadoras sexuais, especialmente a partir da criação da Rede Brasileira de Prostitutas, em 1987, e da atuação de lideranças como Gabriela Leite, Lourdes Barreto, Monique Prada e Amara Moira. O movimento ampliou as reivindicações por direitos, reconhecimento e cidadania, além de disputar as representações sociais da

prostituição. Nesse processo, narrativas autoficcionais passaram a atuar como instrumentos de elaboração da memória, fortalecimento da identidade coletiva e enfrentamento do estigma.

O conceito de “Putativismo” surge como uma proposta política que reivindica a centralidade da voz das prostitutas na produção de conhecimento sobre suas experiências. O conceito questiona a autoridade de instituições e especialistas para definir os sentidos da prostituição, defendendo a centralidade das próprias prostitutas nessas narrativas e deslocando o debate da tutela para a autonomia e da representação externa para a autorrepresentação.

Essa perspectiva dialoga com a teoria dos enquadramentos interpretativos de Erving Goffman (2012), desenvolvida por David A. Snow e Robert D. Benford (1988), ao compreender que os significados sociais são organizados por esquemas interpretativos. A disputa política ocorre, portanto, também na construção de novos enquadramentos sobre a prostituição. Walter Benjamin (1987) contribui para compreender o apagamento histórico das experiências de grupos marginalizados e a recuperação da memória como disputa pela escrita da história, enquanto Van Dijk (2017) evidencia como os discursos influenciam a percepção e a legitimação de grupos no espaço público. Assim, este trabalho analisa como as narrativas autoficcionais de lideranças do movimento de prostitutas participam da constituição do “Putativismo”, articulando memória, identidade e enquadramentos interpretativos na construção de novas compreensões sobre a prostituição no Brasil.

REVISÃO DE LITERATURA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza exploratória e interpretativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e análise documental. O corpus documental concentra-se na obra “Eu, mulher da vida” de Gabriela Leite (1992), escolhida por seu papel pioneiro na construção da memória do movimento de prostitutas no Brasil e por sua relevância na elaboração de narrativas que articulam experiências individuais e processos coletivos de organização política.

A análise fundamenta-se na teoria dos enquadramentos interpretativos proposta por Goffman (2012), complementada pelas contribuições de Snow e Benford (1988), Walter Benjamin (1987) e Teun A. Van Dijk (2017). Como procedimento metodológico, realizou-se leitura analítica da obra, identificando categorias relacionadas à construção da memória, identidade coletiva, estigma, reconhecimento político e enquadramentos interpretativos. Essas categorias são posteriormente confrontadas com a literatura especializada sobre movimentos sociais, memória coletiva e trabalho sexual, buscando compreender como a narrativa de Gabriela Leite transforma experiências individuais em uma interpretação política da prostituição e da luta por direitos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As análises preliminares evidenciam que a narrativa autoficcional presente em Eu, mulher da vida (LEITE, 1992) ultrapassa o caráter autobiográfico e configura-se

como prática discursiva de intervenção política. Ao reconstruir sua trajetória, Gabriela Leite articula experiências pessoais às transformações históricas do movimento de prostitutas, convertendo acontecimentos individuais em narrativa coletiva de resistência, organização e reivindicação de direitos. A obra, portanto, constitui um documento político que disputa os significados atribuídos à prostituição, deslocando-a de uma perspectiva moralizante para uma crítica às estruturas sociais responsáveis pela marginalização das prostitutas. Sob a perspectiva de Goffman (2012), observa-se uma reorganização dos enquadramentos pelos quais a prostituição é percebida, fazendo com que a identidade da prostituta deixe de estar associada exclusivamente ao desvio, à criminalidade ou à vitimização e passe a relacionar-se a trabalho, autonomia, cidadania e participação política. Em diálogo com Snow e Benford (1988), essas narrativas também assumem funções diagnósticas, ao identificar o estigma e a exclusão; prognósticas, ao apontar a organização coletiva como forma de enfrentamento; e motivacionais, ao fortalecer a identidade e a ação política do movimento.

As contribuições de Benjamin (1987) permitem compreender essas narrativas como mecanismos de recuperação de experiências historicamente silenciadas, transformando memórias individuais em patrimônio coletivo e político. Essa articulação entre memória individual e coletiva aparece na recuperação de acontecimentos ligados à organização do movimento de prostitutas, como encontros nacionais, a criação da Rede Brasileira de Prostitutas e as disputas pelo reconhecimento da prostituição como trabalho. Já Van Dijk (2017) contribui para compreender como essas narrativas disputam modelos cognitivos socialmente compartilhados, produzindo novos repertórios discursivos capazes de ampliar a legitimidade do movimento. Assim, o “Putativismo” apresenta-se não apenas como reivindicação identitária, mas como uma disputa pelos sentidos atribuídos à prostituição na sociedade brasileira. Os resultados parciais indicam, portanto, que as narrativas autoficcionais constituem estratégias de produção de memória coletiva e fortalecimento da identidade política, reivindicando o direito de narrar o próprio passado e, simultaneamente, disputar novas possibilidades de reconhecimento social.

CONCLUSÕES

Os resultados obtidos confirmam a hipótese central da pesquisa de que a narrativa autoficcional construída por Gabriela Leite (1992) em “Eu, mulher da vida” demonstra como a experiência individual pode constituir um instrumento de elaboração da memória coletiva e de disputa pelos significados historicamente atribuídos à prostituição. A obra ultrapassa o relato autobiográfico ao articular memória, identidade e ação coletiva, fortalecendo processos de organização política e reivindicação de direitos. Nesse sentido, o “Putativismo” pode ser compreendido como um enquadramento político-discursivo que desloca a prostituição do campo da marginalidade para o da cidadania, autonomia e reconhecimento, rompendo com tradições de silenciamento e reivindicando às próprias trabalhadoras sexuais o direito de narrar suas experiências e produzir conhecimento sobre suas trajetórias.

A articulação entre Walter Benjamin e a teoria dos enquadramentos interpretativos mostrou-se fundamental para compreender esse processo. Enquanto Benjamin (1987) permite analisar a recuperação de experiências historicamente apagadas e sua transformação em memória coletiva, Goffman (2012), Snow e Benford (1988) contribuem para compreender como essas narrativas reorganizam os significados atribuídos à prostituição e fortalecem a identidade coletiva do movimento. A perspectiva de Van Dijk (2017), por sua vez, evidencia a dimensão discursiva dessa disputa e sua influência sobre as formas de percepção e reconhecimento social. Assim, a pesquisa demonstra que as narrativas autoficcionais constituem práticas políticas capazes de produzir conhecimento, disputar representações sociais e ampliar as possibilidades de reconhecimento de grupos historicamente marginalizados, indicando a importância de aprofundar a investigação sobre o papel da memória na constituição do "Putativismo" e do movimento de prostitutas no Brasil.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Estadual de Maringá (UEM), à minha orientadora pelo acompanhamento e pelas contribuições ao desenvolvimento desta pesquisa, e às trabalhadoras sexuais que lutaram e cunharam caminho até aqui.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, W. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, W. ***Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*.** Tradução de Sergio Paulo Rouanet. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 197-221.

GOFFMAN, E. **Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise.** Tradução de Gentil Avelino Titton. Petrópolis: Vozes, 2012.

LEITE, G. S. **Eu, mulher da vida.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SNOW, D. A.; BENFORD, R. D. **Ideology, frame resonance, and participant mobilization.** International Social Movement Research, Greenwich, v. 1, p. 197–217, 1988.

VAN DIJK, T. A. Movimentos sociais, frames e cognição: uma revisão crítica. **Revista Investigações**, Recife, v. 30, n. 2, p. 173–219, 2017.